

HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO BRASIL: INDICAÇÕES

Antonio Carlos Robert de Moraes

Professor Doutor do Departamento de Geografia
da Universidade de São Paulo

Trabalho com a idéia de que, em qualquer sociedade, em qualquer época, há algum tipo de Geografia, porque a simples reprodução da vida social de um dado grupo leva-o à necessidade de estabelecer relações com o espaço que o abriga. Essas relações entre a sociedade e o espaço envolvem, necessariamente, algum nível de conhecimento. Por esse motivo, pode-se dizer que a relação sociedade-espaço é uma relação universal, isto é, em qualquer época, em qualquer sociedade, encontra-se algum tipo de reflexão dos atores sociais a respeito do espaço que ocupam. Nesse sentido, a forma mais primitiva de conhecimento geográfico é a Geografia espontânea, do senso comum, isto é, o próprio viver no lugar implica trocas com esse lugar.

A experiência do dia-a-dia, a experiência cotidiana, implica conhecimentos, reflexões

sobre o lugar em que se vive. É nesse sentido que se poderia falar de uma Geografia do senso comum, uma Geografia espontânea, e a primeira expressão para captá-la poderia estar no conceito fenomenológico de espaço vivido, isto é, um espaço de experiências, o espaço de cotidianidade, no qual os agentes sociais realizam leituras da paisagem, desenvolvendo aquilo que se poderia chamar de um saber local. É uma Geografia oral, não explicitada nesse nível mais elementar, mas que representa um conhecimento efetivo. Seria uma postura bastante elitista deixar esse conhecimento de fora do escopo mais amplo da Geografia. Cabe assinalar, contudo, que esse é um saber com limitações, enraizado na realidade daquele local, um saber não multiplicável. É um conhecimento que flui diretamente da experiência e que será zerado

se a pessoa mudar de lugar. Esse conhecimento é chamado de “práxis manipulativa” pela Filosofia, um conhecimento que permite manipular certos fenômenos pela experiência, porém sem entendê-los, sem explicá-los. É um conhecimento localizado, porém efetivo, vindo exatamente dessa vivência reiterada dos fenômenos.

O primeiro elemento que se poderia identificar dentro dessa Geografia espontânea é exatamente a constituição desse espaço vivido e das referências e dos juízos a respeito dele. Um segundo elemento dessa primitiva Geografia é aquilo que poderia ser chamado de horizonte geográfico das pessoas. Além do conhecimento referido ao espaço direto de vida, muitas vezes, na maioria dos casos, as pessoas têm informações sobre outros lugares. O horizonte geográfico conformaria, então, esse conjunto de imagens e informações que cada um de nós tem a respeito de lugares, a respeito da superfície da Terra. Os dois elementos da Geografia espontânea são, pois, o espaço vivido e o horizonte geográfico. Essa seria a forma mais elementar de conhecimento nesse campo, conhecimento que está presente em qualquer sociedade, muitas vezes expressando-se em formas de representação do espaço.

As representações do espaço mais complexas conformam o pensamento espacial ou o pensamento geográfico: uma reflexão sistemática sobre o espaço e sobre a Terra. Essas reflexões estão presentes em vários campos do conhecimento humano: na Literatura, na Arte, na Filosofia e na Ciência. São vários discursos, várias representações, várias reflexões, com referência ao espaço ou com referência à superfície da Terra, que constituem um cabedal de conhecimentos, no qual a Geografia acadêmica vai aparecer como uma modalidade. Seria uma soberba muito grande dos geógrafos querer que todo o conhecimento desenvolvido pela humanidade a respeito desses temas fosse encaixado sob o rótulo GEOGRAFIA exclusivamente.

A Geografia é um discurso específico dentro do campo que se poderia chamar de pen-

samento espacial. Há várias outras ciências, há várias outras áreas do conhecimento que também trabalham questões próximas às da Geografia, sem com ela se confundir. É uma modalidade de discurso que tem a sua própria história. É possível rastrear a história específica deste rótulo, GEOGRAFIA, tendo claro que é um dos rótulos mais antigos na cultura ocidental, em uso até hoje. Já no pensamento grego da Antigüidade Clássica apareceram obras nomeadas de Geografia. Basta pensar no principal livro de Hipócrates, que se chama *Dos ares, dos mares e dos lugares*. Título mais geográfico, impossível. Cabe lembrar que há ciências que existiam há cem anos e hoje já não existem mais. Há ciências novas que surgem na atualidade, como a Ecologia. Por outro lado, a Cosmologia, a História Natural são disciplinas que desapareceram.

Uma característica importante da história da Geografia é a persistência do rótulo. Na cultura ocidental, a cada época tem-se uma Geografia: Geografia da Antigüidade, Geografia da Idade Média, Geografia da Renascença. Todavia, apesar de o rótulo se manter, o conteúdo que se atribui a ele varia muito ao longo da história. O que se entende hoje por Geografia não é exatamente o que se entendia em outros períodos históricos. Se a Geografia está sempre presente na cultura ocidental, cabe entender que tal palavra está nomeando distintos temas de pesquisa em cada época. E o conteúdo no qual, de certa forma, ainda estamos inseridos é o conteúdo historicamente específico, ligado à idéia de Geografia Moderna. Essa nossa Geografia tem sua história específica: tem um momento de ruptura com outros entendimentos anteriores e tem características que são próprias desse novo conteúdo. Talvez a principal delas seja a de se pensar a Geografia como ciência pela primeira vez. Até porque a separação entre Ciência e Filosofia é um dos traços essenciais do pensamento moderno.

Até a época moderna, não havia claramente a separação mencionada. A reflexão filosófica e a reflexão científica faziam-se dentro

do mesmo discurso. Com o advento da modernidade, a ciência passa a se ocupar da realidade empírica (o mundo dos fenômenos) e a filosofia passa a refletir sobre o próprio conhecimento. Com essa distinção, da qual a própria proposição da Geografia Moderna é uma das alavancas, tem-se uma Geografia que se pensa agora como ciência, que se pensa dentro de certos padrões de legitimação dos discursos próprios do conhecimento científico, como demonstração, aferição das teorias, e que se propõe como uma Geografia Científica. Essa Geografia surge na Alemanha, na passagem do século XVIII para o século XIX. Ela é um produto do pensamento alemão, no momento histórico que a Europa estava vivendo, e é na particularidade da história alemã que se vai encontrar o estímulo para se pensar essa Geografia Moderna, na situação alemã de não se constituir ainda como um estado nacional nessa época. A Alemanha só se unifica como estado nacional tardiamente, em 1871. Até então, era um conglomerado de pequenos reinos. Essa questão vivenciada pela Alemanha estimula o pensamento alemão a voltar-se para a temática do espaço e de sua divisão.

A geração que vai propor a Geografia Moderna é exatamente a que vive a época da Revolução Francesa numa Alemanha ainda feudalizada. Toda uma geração alemã vai ser profundamente marcada pelo que os historiadores já chamaram de “duplo presente” alemão, isto é, o fato de a Alemanha viver no pensamento um contexto europeu iluminista, já voltado para a modernidade, em um país ainda marcado por instituições arcaicas da feudalidade. Surge daí uma geração extremamente avançada no pensamento filosófico, e os geógrafos, pais da Geografia Moderna, são membros dessa geração. Alexandre von Humboldt, Carl Ritter pertencem à mesma geração de Hegel, de Fichte, de Goethe e de tantos nomes do pensamento clássico alemão. Humboldt e Ritter propõem um projeto teórico embasado no pensamento filosófico por eles vivenciado, chamado de idealismo clás-

sico alemão. Esse projeto tem em vista gerar uma ciência de síntese, que abarque a Terra como um todo e que tente explicar a “lógica telúrica” presente nos fenômenos terrestres.

Humboldt estabelece uma distinção muito interessante entre Terra e Natureza: a Natureza sendo maior que a Terra, e a Terra sendo, em si mesma, um objeto específico da Natureza. Nesse sentido, todos os fenômenos naturais presentes na Terra sofreriam a determinação telúrica. A meta da Geografia seria captar essa ordem que organiza os fenômenos na superfície terrestre e que Humboldt vai chamar de conexões universais presentes nas paisagens terrestres. Ritter vai um pouco além disso e tenta estabelecer a relação entre essa ordem, que ele vai entender como uma espécie de natureza dos lugares, com a história humana, inaugurando aquilo que vai ser talvez uma das temáticas centrais da Geografia Moderna, que é a discussão da relação sociedade-natureza (no caso de Ritter, com uma posição extremamente determinista).

O projeto de gerar essa disciplina inaugura uma tradição acadêmica. A Geografia Moderna é, assim, antes de tudo, uma tradição acadêmica, cujo projeto teórico constitui a base de formação de um campo disciplinar. Portanto, a Geografia é vista como um campo disciplinar, e, aqui, valemo-nos do conceito do sociólogo francês Pierre Bourdieu, autor muito importante no estudo da história da ciência, que desenvolve o conceito de campo disciplinar exatamente para captar e rastrear a história dos discursos científicos. Segundo ele, um campo disciplinar envolve filiações teóricas, isto é, relações de autores em que uns influenciam os outros; envolve uma linguagem específica, com conceitos próprios; envolve um especialista (o geógrafo é um especialista); envolve ritos de iniciação e legitimação (defesa de tese, por exemplo); envolve instituições que se dedicam a esse campo disciplinar; enfim, envolve a constituição de uma comunidade acadêmica.

Todo campo disciplinar tem suas instituições, que abrigam uma comunidade de espe-

cialistas que dominam a linguagem própria do campo, a qual é um elemento de diferenciação dessa comunidade. E essa comunidade, como todas as outras, elabora estratégias para sua reprodução, analisadas por Horácio Capel no texto *Institucionalização da geografia e estratégias da comunidade científica dos geógrafos*. Essas estratégias é que mantêm o campo disciplinar vivo e a comunidade funcionando. Então pode-se estudar, do ponto de vista de Bourdieu e de Capel, a própria Geografia como a formação de uma comunidade de geógrafos. No caso europeu, essa comunidade vai-se formando ao longo de todo o século XIX. E onde se rastreia isso? Na fundação das cátedras de Geografia nas Universidades, na criação dos institutos e das sociedades de Geografia e nas publicações especializadas. Grosso modo, pode-se dizer que foi o positivismo a inspiração filosófica básica nesse processo de institucionalização. Quer dizer, o campo geográfico, apesar de, na origem, estar embasado no idealismo clássico alemão, tem sua constituição efetiva, ao longo do século XIX, em bases assentadas no método positivista.

Reside em muito, nessa diferenciação, o drama epistemológico desse campo disciplinar, que é o de tentar realizar um projeto enciclopédico desenhado à luz do idealismo clássico alemão, com os instrumentos metodológicos do positivismo, sendo esse um método que, antes de mais nada, separa e autonomiza os fenômenos estudados. Então, esse é o problema básico da Geografia Moderna, que tem o projeto de ser uma ciência de síntese, que articula fenômenos buscando relações, mas na verdade opera com um método que separa os fenômenos, isola-os uns dos outros. Esse vai ser o grande problema de legitimação do campo disciplinar, fazendo com que a Geografia fique razoavelmente frágil diante dos seus próprios fundamentos metodológicos. Para o método positivo, uma ciência teria que, primeiro, definir um objeto só dela; segundo, estabelecer leis acerca desse objeto. Mas a Geografia, na verdade, não consegue fazer

nem uma coisa nem outra. Ela não consegue explicitar um objeto que seja só dela, diferente, com o qual nenhuma outra ciência trabalhe, tampouco consegue estabelecer leis (notadamente fora dos marcos do determinismo geográfico).

Durante muito tempo, a comunidade de geógrafos vai usar um truque escatológico para fugir dessa questão: dizem que a Geografia é uma ciência jovem, apesar da antiguidade do rótulo. Existem variados autores que dizem: “Bem, a gente não tem leis ainda, mas a gente vai chegar lá a qualquer hora”. Nesse sentido, ela ainda estaria se formando; por isso é que ela não tem clareza do seu objeto, por isso é que ela ainda não estabeleceu leis. Enquanto esse argumento vai sendo discutido, o tempo vai passando. E a Geografia, em certo momento, já é centenária, brandindo ainda o mesmo argumento de ciência jovem. É como o complexo de Peter Pan: nunca vai crescer. E o drama está na fragilidade epistemológica diante de outros campos, diante do seu próprio método, fragilidade que atravessa, inclusive, toda a primeira metade do século XX.

Essa situação é explicativa do fato de a Geografia ir buscar legitimações na prática, não em idéias. E a Geografia muito se legitima nesse período, mediante sua utilização no sistema de ensino, por um lado, e na prática estatal, por outro. Em vez de buscar uma legitimação por um caminho teórico, que está difícil, ela vai buscar inverter a questão e se autojustificar pelo seu uso no sistema escolar, realizando a função que é chamada por Marcelo Escolar de doutrinação patriótica, ou seja, uma prática que consiste em introjetar nas pessoas valores referentes a uma identidade nacional, e também pelo seu uso na administração pública, onde a repartição dos espaços aparece como um elemento central da justificação e o próprio manejo das políticas territoriais, isto é, daquelas políticas que o Estado executa para produzir e/ou organizar o espaço.

Porém tais funções e legitimações envelhecem com o tempo, e a Geografia, em mea-

dos dos anos de 1960, encontra-se na posição incômoda de ser a última disciplina das ciências humanas que se apóia ainda no positivismo clássico ou empírico. Para se ter uma idéia desse anacronismo, a crítica filosófica e a reformulação interna do positivismo datam do início do século XX. É exatamente o que é apresentado pelos autores do chamado Círculo de Viena, os quais propõem o neopositivismo. Já no começo do século, tem-se a proposta de atualização do positivismo e, cinquenta anos depois, quer dizer, cinquenta anos depois da proposição do neopositivismo, a Geografia ainda está embasada nos postulados originais do método positivo. Nesse sentido, ela conhece a triste condição de ser a última disciplina das ciências humanas a romper com o positivismo clássico. Poder-se-ia, para ilustrar o comentado, traçar um certo paralelo entre a Geografia e a Antropologia. A Antropologia, também de nascimento, tem um campo físico e um campo social, isto é, compreende uma Antropologia física e uma Antropologia cultural. Porém, já no início do século XX, na crítica das teorias racistas, a Antropologia separa os dois campos, enquanto a Geografia sustenta até à atualidade, de certo modo, esse desejo de manter unificado o conhecimento da natureza e o conhecimento da sociedade. É um tema central da discussão geográfica, mas a raiz dele está claramente assentada no postulado positivista. E é discutível, se é possível pensar na idéia da unidade da Geografia fora da fundamentação positivista. Deixo uma primeira provocação para o debate, tenho certeza de que haverá colocações sobre esse ponto.

De resto, vocês conhecem a história mais recente da Geografia: a crise, o questionamento das décadas de 1960 e 1970 e a renovação a partir dos anos de 1980. Gostaria de demarcar bem isso, porque muita gente “parou” na crise. A crise da Geografia ocorreu nos anos de 1970, isto é, há mais de vinte anos. Nesses vinte anos de renovação da Geografia, novas teorias foram assimiladas, novas propostas metodológicas foram geradas. Pode-se dizer

sem erro que, ao longo desses quase trinta anos, houve uma profunda renovação do campo geográfico e dos seus fundamentos. A década de 1990 já aparece, na perspectiva atual, como anos de busca da explicação da realidade com os novos fundamentos teóricos gerados pelo movimento renovador. Não dá para parar na crise da Geografia dos anos de 1970 e ficar vivendo dessa crise até hoje. Ela já foi ultrapassada com novas perspectivas metodológicas; e hoje, principalmente, cabe buscar explicar a realidade com as novas proposições metodológicas assumidas. A maior parte da Geografia já vem fazendo isso: nas diferentes vertentes de orientação marxista, numa vigorosa Geografia fenomenológica, e até em outras propostas de métodos mais específicas, como a Geografia que se apóia em Foucault, a Geografia Culturalista e as chamadas Geografias Pós-Modernas. Na verdade, é esse o quadro contemporâneo do campo disciplinar.

Entre os temas que esse novo momento ilumina, a reflexão geográfica dá destaque a uma área muito esquecida no passado: a da história da Geografia, a construção de uma metageografia, isto é, uma análise da Geografia pensada como discurso, como conhecimento, como representação. Segundo vários autores, quando se pretende alterar o conteúdo ou a orientação teórica numa disciplina científica, a primeira coisa que se faz é elaborar uma história do campo que se quer mudar, porque as histórias nunca são ingênuas, as histórias sempre são feitas com um olhar no presente e uma perspectiva de futuro. Diz Max Weber que é exatamente por isso que se reescreve sempre a história, ao focar seus episódios numa ótica contemporânea. Assim, uma área que se desenvolveu muito na pós-renovação dos anos de 1970/1980 é exatamente a do estudo da história da Geografia. Essa área teve seu universo de investigação bastante pesquisado nas últimas décadas. Recentemente, inclusive, o geógrafo inglês David Livingstone – um especialista na matéria – escreveu um artigo interessante, pedindo aos

geógrafos ingleses que parassem de escrever sobre a história da Geografia na Inglaterra e voltassem a estudar a Geografia da Inglaterra.

No Brasil a situação é diferente: a história da Geografia brasileira ainda está para ser contada. Há ainda um número pequeno de estudos historiográficos, mas há grandes buracos-negros na história da Geografia no Brasil. Basicamente, quando se recua no tempo, maiores se tornam as lacunas do conhecimento na área, em grande parte porque aqui o campo disciplinar da Geografia só se vai compor nos anos de 1930. Antes dessa década, não existia o especialista geógrafo, e é difícil falar de uma única filiação ou de uma única tradição que abarque todo o escopo da disciplina. Enfim, é difícil falar de um campo disciplinar da Geografia no Brasil antes desse período.

Somente na década de 1930, com a reformulação do ensino em 1931, com a criação dos cursos de Geografia nas universidades em 1934 e, finalmente, com a constituição do Conselho Nacional de Geografia e, posteriormente, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no governo de Getúlio Vargas, são dadas as bases da constituição de uma comunidade autônoma. São esses, basicamente, os fatores que levam à institucionalização do campo disciplinar da Geografia no Brasil. Contudo, antes disso, já existiam práticas geográficas sendo realizadas no País, essa é a questão. Existia um saber geográfico sem existir o campo disciplinar da Geografia, isto é, existia uma geografia dispersa em outras formações, em várias instituições. É possível rastrear discursos geográficos nas Faculdades de Medicina, nas Faculdades de Direito (sem dúvida nenhuma, os grandes leitores de Ratzel no Brasil são aí encontrados), mas também se encontra um grande conteúdo de Geografia nas Faculdades de Engenharia. A Medicina, o Direito e a Engenharia eram as três grandes formações que havia no Brasil, antes da criação das primeiras universidades, na década de 1930.

A Geografia estava dispersa nessas formações, isto é, nessas instituições se liam os

geógrafos europeus. É comum encontrar citações de Humboldt, de Ritter, de Ratzel e de Vidal de La Blache em vários autores brasileiros. É possível ver que existiam leitores dos geógrafos no Brasil, mas não existia o campo disciplinar institucionalizado. Além disso, ensinava-se Geografia; não apenas se lia Geografia. Havia uma Geografia no ensino fundamental, havia conteúdos de Geografia no ensino de terceiro grau, em várias áreas, mas não havia o especialista; logo não havia a comunidade de geógrafos. O primeiro agrupamento dessa discussão dispersa da Geografia surge no Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Se fosse preciso encontrar o fio da meada dessa Geografia dispersa, dessa Geografia do século XIX, sem dúvida nenhuma iríamos buscá-lo no IHGB, que não é claramente uma instituição especializada em Geografia, mas uma instituição onde está presente, com densidade, tudo aquilo que a gente poderia chamar de saber geográfico.

Em termos da produção do IHGB, Lucia Lippi Oliveira define claramente três gerações ao longo do século XIX: uma geração de naturalistas, bem na linha do naturalismo clássico, cuja proposta teórica é fundamentalmente conhecer o Brasil. A idéia é esta: o Brasil não é conhecido, e o Instituto propõe várias expedições de levantamento para conhecê-lo. Uma delas, realizada pelo poeta Gonçalves Dias, vai fazer o levantamento do sertão nordestino. A idéia dessa primeira geração é conhecer o País, levantar a realidade geográfica do país, num tom bem naturalista, gerando aqueles levantamentos exaustivos de relevo, vegetação, hidrografia, demarcações. A essa geração segue-se uma segunda, de traços claramente românticos, que vai ter como principal tarefa recontar ou criar mesmo uma história brasileira. Uma história na qual o índio vai ser uma figura mitificada, como uma expressão de brasilidade. Talvez o melhor autor para expressar essa visão seja José de Alencar, com *O Guarani*, lido como um mito de fundação do Brasil: o encontro do índio altaneiro com a

bela portuguesa, gerando a raça brasileira. A população negra não aparece. Ela está muito presente ali para ser mitificada, mas o índio, que já está mais longínquo, pode ser mitificado tranqüilamente. Enfim, é uma geração romântica que vai tentar gerar uma explicação histórica do Brasil, isto é, construir uma história oficial do Brasil. A essa geração, já se aproximando do final do século, sucede uma outra, claramente cientificista, que vai ser marcada pela importação de todas as teorias reacionárias da Europa para aplicá-las à realidade brasileira. Até idéias que já estão em baixa na Europa são revividas em solo americano, entre elas as idéias racistas, que são aplicadas no Brasil no momento em que já estão profundamente questionadas no mundo europeu.

Em todas essas gerações, é possível ver o fio de continuidade dado pela noção de “civilização”. Acho essa noção a chave para se entender o pensamento geográfico brasileiro no século XIX. O próprio Visconde São Leopoldo, na inauguração do IHGB, do qual foi o primeiro presidente, diz claramente: “Somos representantes da ilustração nos trópicos; temos por missão levar luzes a estes sertões”. Então, claramente, já se expõe uma concepção de país que é profundamente marcada pela Geografia: a idéia de que o País não está feito, que urge ter como projeto nacional a própria construção do País, vista como seu povoamento e apropriação. Essa é uma idéia estruturadora muito forte da nacionalidade brasileira, no século XIX. A idéia de construir o País talvez seja um dos fios condutores de uma leitura geográfica da história brasileira. Essa idéia fornece um cimento para elites profundamente regionalizadas no momento da independência. Elites de economias regionais, que têm mais relações com o exterior do que entre si, articulam-se num projeto comum de construir o País, projeto que se sobrepõe inclusive às próprias ações expansionistas locais. É uma idéia que, além de fornecer o cimento entre as elites, legitima plenamente o Estado em construção, na medida em que o Estado vai ser o grande agente da construção.

E não poucas vezes, na história brasileira, atributos autoritários do Estado foram justificados por essa imensa missão: construir o País. Então o Estado forte, o Estado centralizado, o Estado não democrático vem a ser justificado por essa tarefa precípua.

Além de legitimar o Estado e cimentar as elites num projeto comum, a idéia de construir o País fornece uma visão das classes populares, isto é, a população vai ser vista no discurso das elites não como a razão de ser do Estado, da sociedade... não! A população vai ser vista como um instrumento de construção do País. Ao contrário do liberalismo clássico, no qual a população é a essência de uma nacionalidade, no caso brasileiro, a população é vista como instrumento de construção do País. Tanto é que o grande debate das elites, durante o século XIX, avançando no século XX, pelo menos até a década de 1940, é exatamente o tema: “Com que povo contamos para construir o País?”. Esse é o grande debate das elites, o pano de fundo de todas as políticas imigratórias. Nos debates, por exemplo, quando se começa a discutir imigração, não se faz referência a qualquer imigrante, mas ao imigrante branco. É grande a resistência das elites brasileiras em aceitar a entrada de orientais no Brasil, tanto que a imigração japonesa ocorre apenas no século XX.

Essa visão instrumental do povo está presente em todo o debate da política imigratória, em todo o debate da política indigenista, avançando inclusive no século XX. É interessante notar que essa idéia acaba sedimentando uma visão muito presente até hoje no Brasil, que é a identificação do País não com a sua população, mas com o território. Na maioria das vezes, quando se ouve um discurso da elite em que o indivíduo fala “o Brasil”, ele não está pensando num conjunto de indivíduos, não está pensando em uma comunidade; ele está pensando numa porção do espaço, num espaço a ser ganho. Nesse sentido, estou querendo dizer que a Geografia é profundamente importante para revelar certos aspectos da formação brasileira. Isso, sem dúvida nenhuma,

se deve a um passado colonial, que coloca a relação sociedade-espaço no centro da estruturação da vida social e gera uma certa concepção geográfica de nação que persiste até hoje.

Poder-se-ia dizer que essa visão no século XIX se escora na idéia de civilização. No século XX, a noção de civilização vai ser substituída pela idéia de modernização e, novamente, modernização vai ser entendida como construção do País, como dotação de equipamento no seu território. Não se trata da modernização do povo, o que implicaria políticas sociais mais ativas, mas de políticas territoriais modernizantes. E novamente o País vai ser pensado como um espaço, e não como uma sociedade. Essa idéia de modernização persiste até pelo menos o período militar.

Em função disso, deixo aqui uma última hipótese: a idéia de globalização não cumpriria hoje o mesmo papel fetichizador que as idéias de civilização e modernização cumpriram no passado? Não seria a versão contemporânea das ideologias geográficas tão eficazes em nossa história? Novamente a globalização como ajuste de uma área periférica ao ritmo e às demandas do centro da economia mundial, e o País correndo atrás desse ajuste, e a idéia de globalização cumprindo o mesmo papel ideológico que a idéia de modernização cumpriu nas décadas anteriores e que a idéia de civilização cumpriu no século XIX.

Enfim, a história do pensamento geográfico no Brasil pode revelar importantes aspectos dessa singular formação social, criada na expansão colonial européia nas terras sul-americanas.